



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006536-39.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Proposta Engenharia Ambiental Ltda**
 Requerido: **Cic - Internacional Transportes Ltda - Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

A autora Proposta Engenharia Ambiental Ltda. propôs a presente ação contra a ré CIC - Internacional Transportes Ltda. - ME, requerendo a condenação desta no pagamento da quantia de R\$ 16.716,00, em decorrência do inadimplemento contratual.

A ré foi citada na pessoa de seu representante legal (folhas 60), todavia, não ofereceu resposta (folhas 62), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide nos termos do artigo 355, II, do Código de Processo Civil.

Postula a autora a condenação da ré no pagamento da quantia de R\$ 16.716,00. Sustenta e prova (v. folhas 11/15) que celebrou com a ré um contrato de prestação de serviços de disposição final de resíduos de características domiciliares, por meio do qual a ré pagaria a quantia de R\$ 120,00 por tonelada de resíduos depositados no aterro sanitário pertencente à autora. Os serviços foram prestados no período de 01/01/2015 a 31/01/2015, mas a ré não honrou o pagamento, tornando-se inadimplente.

O contrato celebrado entre as partes (**confira folhas 11/15**) e a revelia (**confira folhas 62**) fazem presumir verdadeiros os fatos alegados pela autora, nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil.

1006536-39.2015.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não há como impor à autora a produção de prova negativa, pois o devedor que paga ter direito a quitação regular, e pode reter o pagamento, enquanto não lhe seja dada, nos termos do artigo 319 do Código Civil.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 16.716,00, atualizada monetariamente a partir do vencimento da obrigação e acrescida de juros de mora a partir da citação. Sucumbente, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da condenação, ante a ausência de complexidade.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 05 de julho de 2016.

Juiz Milton Coutinho Gordo

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**